

2º CADERNO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014**

Cabe esclarecermos que todas as respostas foram disponibilizadas pela Superintendência de Controle Operacional – SUCOP/DIOP, área responsável pela concessão de uso de áreas situadas no Pátio de Integração Intermodal da Ferrovia Norte-Sul, Pátio de Gurupi/TO, devidamente aprovadas pelo Diretor de Operações.

PERGUNTA 01: “O item 4.4 do Edital de Concorrência estabelece:

‘DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: ss licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para fins de averiguação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e financeira da empresa/entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais (IGP-DI) quando encerrados há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta, devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa/entidade. Quando se tratar de sociedade anônima, o balanço referente ao exercício deve vir acompanhado de sua publicação no Diário Oficial.
 - a.1) Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.
 - a.2) Quando se tratar de sociedade empresária de responsabilidade limitada, a VALEC se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas proponentes.
- b) Demonstrativo da Capacidade Econômico-Financeira da empresa por meio dos índices: LG (Liquidez Geral), LC (Liquidez Corrente) e SG (Solvência Geral) mediante o preenchimento do quadro apresentado no Anexo V – Demonstrativo da Capacidade Econômico-Financeira que não poderão ser iguais ou menores que 1,00 (um vírgula zero, zero).

.....’

Considerando que a situação econômico-financeira da licitante deve ser verificada no momento da licitação, questiona-se: em se tratando de empresa constituída sob a forma de Sociedade Anônima (S/A), com exercício fiscal de um ano, encerrado em 31/12/2013, sem atingir o índice de Capacidade Econômico-Financeira de 1,00 (um vírgula zero, zero) exigido no edital da Concorrência, mas levando-se em conta que, após o término

do exercício social, houve aporte financeiro pelos acionistas para atingir o índice mínimo necessário para fins de comprovação do índice da Capacidade Econômico-Financeira prevista do edital, poderá ser apresentado balanço da empresa posterior ao encerramento do exercício fiscal, devidamente publicado no Diário Oficial? Nesse caso, o índice de Capacidade Econômico-Financeira obtido posteriormente ao encerramento do exercício social pode ser utilizado em substituição ao de dezembro/2013?”

RESPOSTA 01: Sim, desde que devidamente registrado em órgãos competentes: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (se companhia aberta); Junta Comercial e, caso seja sociedade anônima, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

PERGUNTA 02: “ITEM 8.4.1, ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA

“O item 8.4.1 do Anexo I (Termo de Referência), do Edital de Concorrência, estabelece que a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ‘ todos os projetos e documentos necessários à execução das obras e das operações’, tais como: ‘ a) Licenças e aprovações pertinentes ao fiel cumprimento do objeto do Contrato junto aos entes públicos de âmbito federal, estadual e municipal, assim como as licenças ambientais e quaisquer outras exigências emanadas pelos órgãos competentes;’ (grifo nossos)

Pergunta-se: se houver danos ambientais ocorridos antes do ingresso da CONCESSIONÁRIA na posse direta da área licitada, as licenças e autorizações deverão abranger aos danos ambientais pré-existentes, ou a CONCEDENTE se responsabiliza pelos danos anteriores?

RESPOSTA 02: O órgão ambiental competente é quem definirá se as licenças e autorizações abrangerão ou não condicionantes referentes a danos ambientais pré-existentes. Os danos ambientais pré-existentes devidamente comprovados até a assinatura do Termo de Posse da área são de responsabilidade da VALEC. Os danos percebidos e/ou ocorridos posteriormente à assinatura do Termo de Posse são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

PERGUNTA 03: LITÍGIO A ÁREA LICITADA (DESAPROPRIAÇÃO)

“Já tendo a CONCESSIONÁRIA realizado investimentos na área licitada, na eventualidade de surgir alguma demanda posterior que venha a impedir a sua continuidade na posse direta da área, haverá indenização pela CONCEDENTE?

RESPOSTA 03: Não ficou claro o que seria esta “demanda posterior” apontada pela licitante. Entretanto, é claro que, se a extinção do contrato se der por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA antes do seu término, nada lhe será devido e ainda lhe serão impostos as sanções contratualmente previstas. Por outro lado, se a extinção se der por quaisquer outros motivos, serão obedecidas às normas legais e contratuais aplicáveis, respeitando os princípios

gerais do direito e da administração pública, podendo culminar, conforme o caso, na indenização da CONCESSIONÁRIA. Esta empresa prima sempre por agir dentro dos parâmetros da legalidade e da boa-fé objetiva.

Brasília, 18 de março de 2014.

PEDRO PAULO SILVA RIBEIRO
Superintendente de Licitações e Contratos

ORIGINAL ASSINADO NO PROCESSO